

XXIII Encontro Anual da ANPOCS

“OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO SINDICALISMO NEOCORPORATIVO”

Grupo de Trabalho “Sindicalismo e Política”

Autor: Dr. Giovanni Alves

(professor de sociologia da UNESP-Campus de Marília)

Uma série de analistas sociais constataram o avanço de uma nova postura sindical de cariz neocorporativo no Brasil dos anos 90. Ela seria caracterizada pela mudança do padrão de ação sindical da CUT (Central Única dos Trabalhadores), que tenderia a privilegiar não mais a confrontação, tal como ocorreu no decorrer dos anos 80, mas tenderia a destacar a negociação ou a “cooperação conflitiva”: “De uma atuação mais confrontacionista evolui-se para uma atividade que poderíamos chamar de cooperação conflitiva, em que o conflito é explicitado mas, ainda assim, há uma preocupação com a cooperação.” (Rodrigues, 1995:125). Teríamos o predomínio de um sindicalismo caracterizado por “novo corporativismo de participação”: “Essa transformação político-ideológica do novo sindicalismo pode ser sinteticamente caracterizada como a transição de um sindicalismo de ‘massa e confronto’ para um sindicalismo marcado pelo ‘neocorporativismo.’” (Boito, 1994:23).

Estamos diante, portanto, de uma significativa metamorfose política-ideológica da CUT nos anos 90, que se caracterizaria, principalmente, pela vigência de uma política sindical de cariz concertativo permeada por uma lógica corporativa setorial. Nessa perspectiva, seria através da “concertação social”, cuja instância superior seriam os fóruns tripartites setoriais, considerados, inclusive, modelos de elaboração e implementação de política pública (ou de “gestão econômica”), que poderíamos encontrar a saída para a crise do sindicalismo e do capitalismo brasileiro (um dos maiores resultados do sindicalismo neocorporativo foi a implementação, de 1991 a

1994, da câmara setorial da indústria automotiva, considerada, por vários autores, um modelo de novas relações entre capital e trabalho assalariado no Brasil (Arbix, 1995; Frederico, 1994; Oliveira, 1993).

Diante do novo complexo de reestruturação produtiva – e da ofensiva neoliberal-que atingiu o mundo capitalista no Brasil dos anos 90, o sindicalismo neocorporativo tenderia a privilegiar a “influência propositiva” (Alves, 1998), isto é, as “estratégias de enfrentamento propositivo” que privilegiam a negociação e a participação dos trabalhadores assalariados no processo decisório da reestruturação produtiva *setorial* ou *por empresa*, buscando, no mundo da produção, uma convergência de interesses entre capital e trabalho assalariado, capaz de instaurar uma relação permeada por um neopragmatismo social-democrata, caracterizado por “um jogo de soma não-zero, de modo que cada um possa ganhar mais do que na ausência de arranjos corporatistas – embora alguns ganhem mais do que outros.” (Wyn Grant, *Apud* Arbix, 1996).

A nova praxis sindical neocorporativa de cariz propositivo tendeu a avançar através das negociações por empresas, favorecendo as categorias assalariadas mais organizadas e privilegiando a organização sindical vinculada aos locais de trabalho. Na verdade, o objetivo de implementar a capacidade organizativa é tão-somente para aumentar o poder de barganha nas negociações *setoriais e por empresa*, num sentido pró-ativo, sem uma postura classista e antagonica para com o capital. O “sindicalismo

propositivo” seria, portanto, uma outra denominação da nova praxis sindical neocorporativa que caracterizou a CUT nos anos 90 (Leite, 1997).

Após uma breve caracterização deste novo fenômeno político (e ideológico) do sindicalismo da CUT nos anos 90 baseado num sindicalismo neocorporativo com sua lógica concertativa, é do nosso interesse tentar apresentar seus fundamentos histórico-ontológicos. Vamos procurar não reduzir seus determinantes causais meramente aos processos político-organizacional (e ideológicos) (Boito, 1994; Rodrigues, 1993). Pelo contrário, é do nosso interesse apresentar um outro tipo de análise que recupere seus vínculos histórico-ontológicos com o desenvolvimento de um novo padrão de acumulação capitalista – a “acumulação flexível” - que impulsionou, principalmente a partir dos anos 80, um complexo de reestruturação produtiva cuja principal característica é o aprofundamento da fragmentação de classe no bojo de um novo (e precário) mundo do trabalho (Alves, 1999). Consideramos que o fundamento ontológico do sindicalismo neocorporativo é o novo complexo de reestruturação produtiva que atinge o mundo do trabalho e cujo “momento predominante” é o toyotismo. Ele – o toyotismo - representa a nova prática (e ideologia) do espírito capitalista na produção, cujo traço principal é a elevação da fragmentação da classe e a constituição de dispositivos organizacionais de novo tipo voltados para a captura da subjetividade do trabalho. O sindicalismo neocorporativo tende a ser o tipo de prática sindical adequada à nova etapa da acumulação capitalista (caracterizada por uma crise estrutural de

sobrecapacidade e de superprodução e sob a predominância do capital financeiro) (Brenner, 1999; Chesnais, 1999).

Portanto, nesse nosso *paper*, iremos tentar reconstituir (e apreender), de modo introdutório, a “afinidade eletiva” entre a reestruturação produtiva e a lógica corporativa setorial (Tapia, 1994:76), expresso na nova praxis neocorporativa de cariz concertativo que caracterizou o sindicalismo brasileiro no curso dos anos 90.

1. As metamorfoses do “arranjo corporativo” social-democrata

O sindicalismo neocorporativo, caracterizado pela prática sindical concertativa permeada por uma lógica corporativa setorial, tendeu a expressar as novas práticas políticas (e ideológicas) da social-democracia que surgiram na década passada.

Desde os anos 80, tem sido um pressuposto político das estratégias sindicais hegemônicas na CUT (e do corpo analítico da sociologia - e economia - do trabalho vigente em nosso país), a necessidade de transposição da experiência social-democrata para o Brasil. Nessa perspectiva, a construção de um “corporativismo societal” tem sido apresentado como uma saída para a crise brasileira, uma alternativa ao “corporativismo estatal” que tem caracterizado as estruturas de representação de interesses no Brasil desde a Era Vargas (Schmitter, 1979; Boito, 1993).

Só que, a partir de meados dos anos 80, com o desenvolvimento da mundialização do capital, da crise do Estado e de um novo padrão de acumulação capitalista – a acumulação flexível e seu “momento predominante” (o toyotismo),

ocorreram importantes metamorfoses no “arranjo corporativo” social-democrata. A mundialização do capital – ou “globalização”, posta, antes de tudo, como o momento de transformação da produção e da política - surgiu como um processo sócio-histórico de amplo espectro, com profundos rebatimentos políticos e ideológicos. Impulsionou-se o neoliberalismo como a ideologia da “globalização”. Nos anos 80, a própria social-democracia foi obrigada a encontrar um novo ponto de equilíbrio político e ideológico. Ela tendeu a convergir para um discurso cripto-liberal. O discurso (e a prática) social-democrata na Europa – e, mais tarde, no Brasil dos anos 90 – incorporou as novas percepções políticas (e ideológicas) da reprodução sistêmica do capital mundial. É tal novo modelo da social-democracia, que passou a salientar não mais um “corporativismo societal”, mas, sim, um “corporativismo setorial”, que tendeu a deslocar a articulação corporativa para o nível “meso” e o nível “micro” (Cawson, 1986). Na verdade, ocorreu um estreitamento da base de sustentação da articulação fordista clássica. É a nova orientação da social-democracia que constituiu o lastro político (e ideológico) do sindicalismo neocorporativo que passou a influenciar a estratégia da CUT dos anos 90. Como observa Costa: “enquanto a idéia de expansão do corporativismo societal implica a ampliação da participação das associações que representam interesse de classe nas arenas decisórias relativas a esse interesse, o corporativismo setorial implica a limitação dessa participação aos setores de classe mais organizados.” (Costa, 1994)

Por isso é que podemos constatar, nessa virada político-ideológica do compromisso social-democrata ocorrida nos anos 80, no bojo de uma significativa redução dos direitos sindicais e das negociações coletivas, a tendência de declínio das práticas de concertação social-democrata clássica, centralizadas e baseadas numa articulação classista mais ampla. Ocorreu um esvaziamento das esferas de macrocorporativismo e de uma clara redefinição das condições de negociação entre o capital e o trabalho (Araújo e Tapia, 1991). A partir daí, a teoria neocorporativista tendeu a salientar os estudos setoriais de intermediação de interesses e elaboração de políticas, deslocando-se a ênfase original no “macrocorporativismo” para os níveis “meso” e “micro”.

Não é apenas a crise do Estado (em virtude do crescimento do déficit público, que tendeu a restringir os recursos públicos a serem negociados), ou mesmo a crise da economia capitalista, caracterizada pela redução estrutural da taxa de lucro, que contribuíram para a tendência de descentralização das negociações coletivas e a erosão da regulação social-democrata clássica, conjunta e centralizada no plano nacional e o seu deslocamento para a grande empresa, que passa a ser o novo centro de gravidade político (e ideológica) do “arranjo corporativista” social-democrata. O que procuraremos salientar é que o novo complexo de reestruturação produtiva, com seu “momento predominante” (o toyotismo), contribuíram sobremaneira para a erosão da regulação social-democrata clássica, ocasionando o deslocamento político – e

ideológico – do “arranjo neocorporativo” social-democrata clássico, da sua redução para os limites do *setor* ou ainda da *grande empresa*.

De certo modo, é o novo “arranjo neocorporativo” social-democrata que vai legitimar, no plano político e ideológico, a vinculação concreta entre o sindicalismo neocorporativo e a lógica corporativa setorial posta – e imposta – pelo toyotismo.

A praxis sindical neocorporativa vai traduzir, no plano “egoístico-corporativo”, o novo momento da política social-democrata. Alteram-se os signos da prática sindical, ocorrendo uma transformação da ação sindical, salientada por vários autores (no caso da CUT, o “explorador” passa a ser “parceiro” e a perspectiva de “classe” dá lugar a de “atores sociais”).

Portanto, o paradigma corporativo social-democrata clássico do pós-guerra, que servia, até certo ponto, de modelo para a CUT nos anos 80, tende a se deteriorar e o novo padrão de acumulação capitalista o reconstitui sob uma nova forma político-ideológica mais adequada à lógica do “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva – o toyotismo. Deste modo, pode-se até considerar o novo arranjo político (e ideológico) da social-democracia como um *lean corporativism* – um “corporativismo enxuto” – em contraposição a um *strong corporativismo*, que caracterizava a regulação social-democrata clássica. O “corporativismo enxuto” seria mais adequado à prática organizacional (e ideológica) do toyotismo ou da *lean production*, levado a cabo pelas corporações transnacionais. É a partir dele que se

desenvolvem, sob as mais diversas formas, as novas práticas organizacionais (e tecnológicas) do capital na produção.

É claro que, se, por um lado, o sindicalismo neocorporativo, predominante na praxis da CUT nos anos 90, tendeu a refletir as imensas dificuldades objetivas da ação sindical diante do novo complexo de reestruturação produtiva e da política neoliberal no Brasil, por outro lado ele tendeu a expressar uma dimensão da crise do sindicalismo no Brasil, ou seja, a rendição subjetiva (isto é, político-ideológica) de importantes lideranças da classe trabalhadora organizada diante da lógica do capital. Incapazes de articular uma nova contra-hegemonia (e resistência) à voracidade do capital na produção, não apenas por motivos morais, eles rendem-se à perspectiva ideológica do pólo antagonico. O novo padrão de ação sindical, sustentado na lógica corporativa setorial é, portanto, a própria síntese propositiva da captura da subjetividade do trabalho tal como pressupõe – e impõe – os dispositivos organizacionais (e ideológicos) da nova forma produtiva (o toyotismo).

2. Toyotismo como o “modelo ontológico” da produção sistêmica do capital

A partir da mundialização do capital, nos anos 80, o toyotismo tornou-se, através do discurso da *lean production*, a ideologia universal da produção sistêmica do capital (Womack, Jones e Roos, 1992). Seus princípios (e dispositivos) ideológicos e organizacionais passaram a permear uma série de discursos voltados para a

administração de empresas. Surgiram um complexo de variações populares do toyotismo, tais como “benchmarking”, “reengenharia”, “gerenciamento pela qualidade total”, etc (Babson, 1995). O toyotismo tornou-se a “ideologia orgânica” da produção capitalista com uma série de variações concretas, decorrentes de suas particularizações setoriais, regionais e nacionais. A partir daí, ele tendeu a se articular – e a mesclar-se - com dimensões “pretéritas” da produção capitalista, tais como o taylorismo e fordismo.

A nossa caracterização do toyotismo procura ir além de uma mera identificação com o “modelo japonês”. Como salientamos, ao desenvolver-se e assumir uma dimensão universal, as novas práticas gerenciais e empregaticias, tais como o *just-in-time/Kan-ban*, controle de qualidade total e engajamento estimulado, levado a cabo pelas corporações japonesas, assumiram uma nova significação para o capital, não mais se vinculando às suas particularidades concretas originárias. Elas surgem como uma nova via original de racionalização do trabalho, centrada na *lean production*, adequadas a uma nova etapa do capitalismo mundial, onde, a rigor, a distinção entre “orientes” e “ocidentes” perde a sua significação central para a lógica da valorização (Alves, 1999).

Procuramos ver o toyotismo como sendo principalmente uma nova articulação de dispositivos organizacionais da produção capitalista, com poderosa carga ideológica, cujo objetivo primordial é a captura da subjetividade do trabalho (o que o diferencia, em termos qualitativos, do fordismo e do taylorismo).

Ao utilizarmos o conceito de *toyotismo* procuramos representar um “modelo” que possui, de modo ineliminável, uma crosta ideológica necessária. Como qualquer outros conceitos-modelo, tais como “fordismo” ou “keynesianismo”, o de “toyotismo” só se constituiu como “modelo ontológico” da produção capitalista na era da mundialização do capital quando assumiu uma concretude universal. Ele sintetizou, sem esgotar, o fenômeno de uma nova lógica da produção sistêmica do capital. Passou a representar nos traços essenciais, as exigências necessárias da produção capitalista a partir da III Revolução Tecnológica e Científica.

A construção do *toyotismo* como um “modelo ontológico” da produção capitalista ocorreu a partir de uma “prática gerencial” - a prática de um *staff* administrativo (e intelectual) - com uma nítida pretensão ideológica. Na medida em que consubstanciou-se como *lean production*, na última metade dos anos 80, o toyotismo alcançou a sua dimensão ideológica plena: “A *lean production* é...um construto que aspira – e nesse caso, é bem sucedido – à condição de modelo; seus inventores têm o objetivo estrito de conferir legitimidade a um conjunto de técnicas e proporcionar, assim, sua difusão em um mundo que depende de mais elementos, além de resultados, para incorporar determinados elementos à sua prática.” (Zilbovicius, 1997:310) .

O sentido lógico (e ontológico) do toyotismo é dado pelo próprio conteúdo sócio-histórico da nova etapa de desenvolvimento capitalista denominada *mundialização do capital* ou “regime de acumulação mundializada predominantemente

financeira” (Chesnais, 1999). As determinações histórico-ontológicas do novo regime de acumulação é que irão constituir o lastro necessário do toyotismo como o “momento predominante” da produção sistêmica do capital. Ele surge como o arcabouço ideológico (e organizacional) da nova produção capitalista flexível.

Em primeiro lugar, a nova etapa de desenvolvimento capitalista a partir dos anos 70 é caracterizada por uma estrutura de valorização intrinsecamente instável, uma instabilidade sistêmica decorrente de uma crise crônica de superprodução (Brenner, 1999) que impulsiona (e é impulsionada) pela financeirização (Chesnais, 1999).

É tal característica da estrutura de valorização que instaura a necessidade histórico-ontológica, para o capital, de um regime de acumulação flexível, que tende a mudar a estrutura de “espaço-tempo” da reprodução sistêmica do capital. A instabilidade sistêmica e a fluidez do mercado mundial exige flexibilidade das condições sociais de produção. Flexibilidade, por conseguinte, tende a torna-se um princípio basilar do toyotismo, que surge como o “momento predominante” dos regimes de acumulação flexível. Mas, por outro lado, fluidez/flexibilidade tende a significar insegurança de expectativas, risco redobrado. O que exige a busca desesperada de um novo consentimento capitalista no campo da produção, mais intensivo e menos extensivo. Por isso, no complexo da produção, convulsionado pelas novas tecnologias e pelo acirramento da concorrência intercapitalista (expressão da crise crônica de superprodução), a captura a subjetividade do trabalhador assalariado, é posta como uma

necessidade imperativa das novas condições de produção capitalista. O campo da produção tornou-se alvo de um intenso exercício ideológico – e organizacional - voltado para a captura da subjetividade do trabalho. Exige-se que o trabalhador assalariado seja colaborador ativo do capital no campo da produção, tenha uma série de novas qualificações técnicas (e emocionais) que o tornem apto a exercer a polivalência e a multifuncionalidade (a extrapolação disso para o campo da educação profissional é o surgimento, na retórica pedagógica, dos “modelos de competência” e da “empregabilidade”). Na verdade, deve o trabalhador tornar-se não apenas déspota de si mesmo, mas déspota de outros trabalhadores, pois o novo ambiente de trabalho toyotista é capaz de desenvolver a individualidade dos trabalhadores e com ela o sentimento de liberdade, a independência e o auto controle, ao mesmo tempo que instaura, em toda a sua plenitude, a concorrência e a emulação entre os próprios trabalhadores (apesar da retórica do “trabalho em equipe”).

É claro que, estamos diante de um processo dialético, onde entre o taylorismo-fordismo e o toyotismo não existem propriamente “rupturas”, mas “superações/conservações”, sendo o toyotismo uma descontinuidade no interior de uma continuidade plena de racionalização do trabalho pelo capital que percorre todo o século XX.

O nexo essencial da acumulação flexível, não reside em dispositivos tecnológicos, mas sim em dispositivos organizacionais, assentados em substratos

tecnológicos, voltados para um novo patamar de subsunção real do trabalho assalariado ao capital (algo que Ruy Fausto percebeu como sendo uma “subordinação formal-intelectual - ou espiritual - do trabalho ao capital”) (Fausto, 1993). Surge, a partir daí, como uma nova exigência do regime de acumulação flexível, novas formas de controle capitalista na produção, uma esfera da produção convulsionada pela crise estrutural de valorização (urge, portanto, instaurar o que poderíamos denominar de “*controle convergente*” em contraposição ao “*controle antagônico*” do capital sobre o trabalho, predominante sob o fordismo-taylorismo). Entretanto, vale salientar, o toyotismo como dispositivo organizacional e ideológico da grande indústria, prepara o desenvolvimento da própria “pós-grande indústria” (Fausto, 1993) ou super “grande indústria” (Haddad, 1998), criando seu arcabouço espiritual-formal.

Por um lado, o toyotismo irá sintetizar, num complexo de dispositivos organizacionais (e ideológicos), a necessidade “radical” da produção capitalista em instaurar uma nova hegemonia do capital na produção, integrando, através da captura da subjetividade do trabalho, o pólo antagônico do capital. Mas, por outro lado, o toyotismo tende a incorporar, em si, através de seus próprios dispositivos organizacionais, a “vulnerabilidade sistêmica” intrínseca ao novo regime de acumulação mundial (Krafcik diria que o toyotismo é um sistema de produção “fragile”, o que pode ser percebido, por exemplo, através da introdução do sistema *just-in-time*, que torna

muito mais vulnerável a produção capitalista diante de uma greve de trabalhadores) (Krafcik and MacDuffie, 1989).

A nova revolução tecnológica, que ocorre a partir dos anos 70, irá propiciar, ao toyotismo, uma oportunidade para reestruturar custos através de uma nova organização do espaço-tempo. O capital irá aproveitar os recursos da informática e da telemática para dissolver os obstáculos políticos-institucionais postos pelo trabalho organizado nas décadas passadas. A proliferação da terceirização e da subcontratação internacional irão expressar um tipo de flexibilidade orgânica, síntese de uma ânsia de otimizar custos. Surge um novo tipo de empreendimento capitalista. Dissemina-se a “empresa-rede” (*network firm*). Na verdade, ela é a materialização organizacional do espírito do toyotismo, onde a descentralização da produção - ou a “fragmentação sistêmica” (Alves, 1998) - é capaz não apenas capaz de propiciar a otimização de custos através de uma reconstituição da hierarquia capitalista, mas, de promover, através da fragmentação da classe, um novo patamar de controle da produção pelo capital (a dissolução dos coletivos operários atesta a “descentralização” como uma ofensiva do capital na produção). O enxugamento do “centro” e a dispersão da “periferia” incorpora a lógica secular do *divide et impera*.

Se o toyotismo possui como sua “alma ideológica”, a captura da subjetividade do trabalho pelo capital, ou a sedimentação de uma implicação convergente entre capital e trabalho assalariado, é porque ele tende a incorporar a “casca ideológica” da

mundialização do capital, ou seja, a ideologia da “globalização”, que passa a idéia da homogeneização (e convergência) universal, onde as classes e as nações se curvam aos imperativos da produtividade e da competitividade. O “controle convergente” que ocorre dentro da grande empresa toyotista, é expressão, portanto, daquilo que ocorre no tecido social através da ideologia convergente da “globalização”, onde o antagonismo de classe tende a ser, mais do que nunca, negado.

3. O toyotismo como fundamento ontológico do sindicalismo neocorporativo

Salientamos que o toyotismo expressa a necessidade radical de uma nova hegemonia do capital na produção. Por isso a centralidade da cooperação ativa e de um postura pró-ativa do trabalhador assalariado no campo da produção. Além disso, a “acumulação flexível”, que surge na época da crise estrutural de superprodução, tendeu a promover uma contração do “espaço-tempo” do metabolismo sistêmico do capital, reduzindo – e restringindo – o campo hegemônico do capital em seu *locus* de valorização – a grande empresa. A partir daí, tende a surgir “arranjos neocorporativos” de novo tipo, correspondentes ao novo “espaço-tempo” do circuito de valorização capitalista.

Em virtude de sua vulnerabilidade sistêmica, o toyotismo tende a recortar o campo de atuação das classes (decorrente, é claro, da própria “fragmentação sistêmica” da produção desenvolvida por ele). Ele promove, num novo patamar, a fragmentação –

ou diluição - das classes, principalmente, da (consciência de) classe dos trabalhadores assalariados. A lógica da captura da subjetividade do trabalho, decorrente da diluição radical da consciência de classe, é impulsionada através dos novos arranjos de negociação, circunscrito a grande empresa, reduzidos ao nível “meso” ou “micro”. Mas se o despotismo “esclarecido” do capital tende a ganhar intensidade no *locus da produção*, através de um novo consentimento do trabalho, por outro lado ele perde em legitimidade social, precarizando sua hegemonia política na sociedade. Por isso, a volatilidade da hegemonia capitalista nas condições de uma reprodução sistêmica centrada na lógica do toyotismo. O “risco” torna-se intrínseco à reprodução da ordem metabólica do capital (Giddens e Beck, 1994), tanto quanto a crise de legitimidade. Nesse caso, a racionalidade intra-firma se contrasta com a irracionalidade societária, expressão maior da “produção destrutiva” capitalista (Mészáros, 1996).

Diante disso, não interessa para o capital, o sindicato com política social-democrata no sentido clássico, tendo em vista que a percepção social-democrata clássica do “espaço-tempo” da produção (e reprodução) sistêmica do capital não corresponde àquela nova realidade posta pela reprodução sistêmica do capital na era da mundialização. O que é exigido é um tipo de sindicalismo de empresa, com política de atuação restrita e setorial; um sindicalismo que preserve um controle sócio-burocrático sobre os trabalhadores, exercendo o papel de regulador das expectativas capitalistas e das demandas corporativas dos trabalhadores. Mas exige, antes de tudo, um

sindicalismo pró-ativo (e propositivo) diante das novas estratégias do capital na produção. Por isso, a idéia de “concertação social” que incorpora o espírito da colaboração ativa entre capital e trabalho e da participação dos próprios trabalhadores assalariados – visto sob a perspectiva do trabalhador individual e parcelar e não do “trabalhador coletivo” - na implementação das estratégias produtivas.

Ao mudar o centro de gravidade político e ideológico da “implicação corporativa” para a grande empresa, a nova social-democracia apreendeu o avanço do poder das corporações transnacionais nos anos 80, sob a mundialização do capital, e por conseguinte, a nova necessidade sistêmica da acumulação capitalista flexível, com seu “momento predominante”, o toyotismo. É tal deslocamento sócio-ontológico que contribuiu para a constituição, no plano político-ideológico, dos novos “arranjos neocorporativos”, baseados nesse novo “espaço-tempo” da estrutura de acumulação de capital. São tais novos “arranjos corporativos” que deram o lastro político-ideológico para o sindicalismo neocorporativo de participação que passou a predominar na CUT (por exemplo, no Brasil dos anos 90, mesmo o sindicalismo corporativo tende a se curvar à lógica da grande empresa, com as comissões de fábrica quase atuando como sindicatos de empresa. É a partir dela que os capitalistas, imbuídos dos princípios do toyotismo, tendem a incentivar os acordos sindicais, tornando-se ela – a empresa - o referencial central para a ação sindical).

Diante de um cenário de crise capitalista, de ofensiva do capital na produção (e na política), o sindicalismo neocorporativo, baseado na lógica corporativa setorial, com sua ideologia (e a prática) da “concertação social” restrita e dos fóruns tripartites setoriais, tendem a ser expressão de um “novo defensivismo” do trabalho, que, quando assume a dimensão de uma ideologia política estruturada, através do *staff* administrativo de partidos ou sindicatos, tende a promover uma rendição subjetiva da classe à lógica do capital, sendo um dos componentes da crise do sindicalismo no Brasil. Dissemos ideologia política estruturada porque, se a condição de defensividade é intrínseca à prática sindical *tout court* (tal como a negociação), a redução taticista da praxis sindical à mera resistência – ou melhor, a um jogo de “influência propositiva” - considerado como uma nova defensividade do trabalho diante do capital reestruturado, possui um significativo conteúdo ideológico (de poderosa “afinidade eletiva” com o espírito do toyotismo) . Na medida em que ela – a prática sindical imbuída da ideologia política do sindicalismo neocorporativo - tende a negar e a segmentar a dimensão da luta e da perspectiva política de classe, reduzindo o sindicalismo à prática da “influência propositiva”, do consenso e da parceria – mesmo conflituosa – entre capital e trabalho, ela promove na política sindical, um redimensionamento ideológico que só interessa à classe capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARBIX, Glauco (1995), **Uma Aposta no Futuro**, Scritta, Campinas.
- ALVES, Giovanni (1998). *Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo no Brasil*, Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, Campinas.
- _____ (1999). **Trabalho e Mundialização do Capital**, Editora Praxis, Londrina.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro e TÁPIA, Jorge Ruben Biton (1991). “Corporativismo e neo-corporativismo: o exame de duas trajetórias”, **BIB**, nº 32.
- _____ (1994).
 “Representação de Interesses e Reestruturação Produtiva: Para Onde Vai o Corporativismo?”, **São Paulo Em Perspectiva**, v.8, nº 2, abril e junho de 1994.
- BABSON, Steve (ed.) (1995), **Lean Work – Empowerment and Exploitation in the Global Auto Industry**, Wayne State University Press, Detroit.
- BOITO Jr., Armando (1994). De Volta para o Novo Corporativismo: A Trajetória Política do Sindicalismo Brasileiro, **São Paulo Em Perspectiva**, v.8, nº 3, julho a setembro., Seade, São Paulo.
- BRENNER, Robert (1998). The Economic of Global Turbulence, 229, **New Left Review**, London.
- CAWSON, A. (org.) (1986), **Organized interests and the state: studies in meso-corporatism**, London, Sage Publications.
- COSTA, Vanda Maria Ribeiro (1994). “Corporativismo societal: interesse de classe *versus* interesse setorial” In Evelina DAGNINO (org.), **Anos 90-Política e Sociedade no Brasil**, editora brasiliense, São Paulo.
- CHESNAIS, François (org.). (1999) **A Mundialização Financeira**, Editora Xamã, São Paulo.
- FAUSTO, Ruy (1989). “A ‘Pós-Grande Indústria’ nos Grundrisse (e para além deles)”, **Lua Nova**, novembro de 1989, n.º 19, CEDEC, São Paulo.
- FREDERICO, Celso (1994). **Crise do Sindicalismo e Movimento Operário**, Editora Cortez, São Paulo.
- GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich e LASH, Scott (1997), **Modernização Reflexiva**, Editora da UNESP, São Paulo.
- HADDAD, Fernando (1997). “Trabalho e Classes Sociais”, **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo.

- HARVEY, David (1992). **Condição Pós-Moderna**, Editora Loyola, São Paulo.
- KRAFCEK, J. & MAC DUFFIE, J..P. (1989) *Explaining high performance manufacturing: the International Automotive Assembly Plant Study*. IMVP International Policy Forum.
- LEITE, Márcia de Paula (1997). “Reestruturação Produtiva e sindicatos: O paradoxo da modernidade” In Marcia de Paula LEITE (org.), **O Trabalho em Movimento – Reestruturação Produtiva e Sindicatos no Brasil**, Papirus Editora, Campinas.
- MÉSZÁROS, István (1995). **Beyond Capital**, Merlin, London.
- OLIVEIRA, Francisco de (1993), “Quanto melhor, melhor: o Acordo das Montadoras”, **Novos Estudos CEBRAP**, 36, CEBRAP, São Paulo.
- TAPIA, Jorge Rubem Biton (1994). “Corporativismo societal no Brasil: uma transição incompleta?” In Evelina DAGNINO (org.), **Anos 90-Política e Sociedade no Brasil**, editora brasiliense, São Paulo.
- RODRIGUES, Irám Jácome (1997). **Sindicalismo e Política – A Trajetória da CUT**, Scritta, Campinas.
- SCHMITTER, P.C. (1979), “Modes of interest intermediation and models of societal change in Western Europe”. In: P. C. SCHMITTER e G. LEHMBRUCH (org.), **Trends towards corporatist intermediation**, London, Sage Publication.
- ZILBOVICIUS, Mauro (1997). “Modelos de produção e produção de modelos” In Glauco ARBIX e Mauro ZILBOVICIUS (org.) **De JK a FHC – A Reinvenção dos Carros**, Editora Scritta, Campinas.
- WOMACK, James P., JONES, Daniel T. e ROOS, Daniel (1992). **A Máquina Que Mudou o Mundo**, Editora Campus, São Paulo.